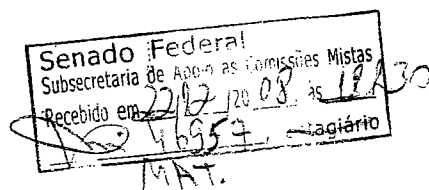




**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO DA
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 451, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2008**

Emenda aditiva



Autor: Deputado ÁTILA LINS (PMDB/AM)

ACRESCENTE-SE onde couber, no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 451, de 15 de dezembro de 2008, artigo, com a seguinte redação:

Art. 5º A. O art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar acrescido do § 1º-A, com a seguinte redação:

Art.1º.

§ 1º-A. Para os fins deste artigo, são considerados prioritários para o desenvolvimento regional os projetos técnico-econômicos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação, aprovados pelo Conselho de Administração da Superintendência da Administração da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

.....”

JUSTIFICATIVA

A presente emenda, que trata de requisito para a concessão do incentivo de redução do imposto de renda e adicionais não restituíveis, incidente sobre o resultado na exploração dos empreendimentos com projetos aprovados pela Superintendência do desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, matéria correlata e

Assinatura de Áttila Lins
183
10.12.08



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal ÁTILA LINS

compatível com as de ordem tributária previstas na Medida provisória nº 451, de 2008, objetiva superar dúvidas relevantes quanto à aplicação do conceito de empreendimentos considerados de relevante interesse para o desenvolvimento regional, elemento básico para a fruição do incentivo de redução do imposto de renda referido tratado na MP nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001.

Essas dúvidas, aliadas à descontinuidade da legislação aplicável e das entidades responsáveis pela administração do citado incentivo levaram a que não fossem incluídos, como empreendimentos de relevante interesse para o desenvolvimento regional, projetos industriais de singular expressão, seja em geração de divisas de exportação, seja em geração de empregos e receita tributária, seja por fim em atividades benéficas ao meio-ambiente, todos aprovados pelo órgão competente da autarquia federal, o Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus, composto majoritariamente por representantes de órgãos e entidades da administração federal, responsável pela administração de outros incentivos fiscais na área sob especial tratamento tributário (isenção/exigibilidade reduzida de Imposto de Importação sobre insumos, isenção de IPI, suspensão, exigibilidade ou isenção de contribuições sociais).

É para o conserto dessa situação anômala, em homenagem aos princípios da desburocratização, de racionalidade, da economicidade e da isonomia, que se destina a presente emenda.

Plenário, 22 de dezembro de 2008.

Deputado ÁTILA LINS
PMDB/AM

184
PMDB/AM